

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Randon S.A. Implementos e Participações (“Companhia”), constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (RAPT3 e RAPT4), tem por objeto: a) industrialização, comércio, importação e exportação de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; industrialização de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo; b) participação no capital social de outras sociedades; c) administração de bens móveis e imóveis próprios; d) transporte rodoviário de cargas; e) prestação de serviços atinentes a seus ramos de atividades. A Companhia, com sede na Avenida Abramo Randon nº 770, Bairro Interlagos - Caxias do Sul - RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, na Argentina, no Chile, no México, na China, nos Emirados Árabes Unidos, na Alemanha, nos Estados Unidos, na Colômbia, no Peru, no Uruguai e na África do Sul.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram autorizadas para emissão em reunião de diretoria realizada em 02 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a possibilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Randon S.A. Implementos e Participações e suas controladas, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentadas abaixo:

			Percentual de participação			
			2017		2016	
	Objeto social	País-sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Randon Argentina S.A. (a)	Fabricação e comércio de implementos rodoviários	Argentina	95,12	4,88	94,99	5,01
Randon Automotive Ltda. (a)	Representação e comércio de implementos rodoviários	África do Sul	100	-	100	-
Randon Peru S.A.C (a)	Fabricação, montagem e comércio de implementos rodoviários	Peru	51	-	-	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b)	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	Brasil	99,99	-	99,99	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.(b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b)	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	Brasil	99,57	-	99,57	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(b)	Fundição de ferro e aço	Brasil	99,99	-	99,99	-
Randon Investimentos Ltda.(b)	Holding de instituição financeira	Brasil	99,99	-	99,99	-
Banco Randon S.A. (b)	Instituição financeira	Brasil	-	99,99	-	99,99
Randon Collection Comércio de Artigos Promocionais Ltda (b)	Comércio varejista de artigos, acessórios e complementos para vestuário	Brasil	99,99	-	-	-
Fras-le S.A.(b)	Fabricação de peças e acessórios para sistema de freios de veículos automotores	Brasil	51,16	-	51,16	-
Fras-le Argentina S.A. (c)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	6	94	6	94
Fras-le North America, Inc. (c)	Fabricação e comércio de autopeças	EUA	-	100	-	100
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (c)	Representação e comércio de autopeças	Chile	-	99	-	99,00
Fras-le Europe (c)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	-	100	-	100
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda. (c)	Fabricação e comércio de autopeças	China	-	100	-	100
Fras-le México S de RL de CV (c)	Representação e comércio de autopeças	México	-	99,66	-	99,66
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited(c)	Representação e comércio de autopeças	África do Sul	-	100	-	100
Freios Controil Ltda. (d)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	-	99,99	-	99,99
Fras-le Middle East (c)	Representação e comércio de autopeças	Emirados Árabes Unidos	-	100	-	100
Fras-le Panamericana S.A.S. (c)	Representação e comércio de autopeças	Colômbia	-	100	-	-
PALR S.A. (c)	Fabricação e comércio de autopeças	Argentina	-	100	-	-
Fanacif S.A.(c)	Fabricação e comércio de autopeças	Uruguai	-	100	-	-
Armetal Autopartes S.A (c)	Distribuição de autopeças.	Argentina	-	100	-	-
FARLOC Argentina S.A.IC. YF (f)	Fabricação de líquido de freios e fluídos refrigerantes	Argentina	-	76,09	-	-
(a)	Empresa controlada no exterior.					
(b)	Empresa controlada no país.					
(c)	Empresa controlada no exterior com o controle direto retido pela Fras-le S.A..					
(d)	Empresa da controlada com o controle direto retido pela Fras-le S.A. no país.					
(e)	Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela PALR S.A.					
(f)	Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela Armetal Autopartes S.A.					

c. Combinação de negócios - aquisição de controlada por controlada da companhia

Aquisição Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A.

Conforme fato relevante divulgado em 13 de novembro de 2017, a Companhia celebrou contratos de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças (“Contratos”), com o objetivo de adquirir as seguintes participações societárias: (i) ações representativas de 100% do capital social da PALR S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que por sua vez é controladora da ARMETAL AUTOPARTES S.A.; (ii) ações representativas de 99,99% do capital social da ARMETAL AUTOPARTES S.A., que, por sua vez detém 76,09% das ações representativas do capital social da FARLOC ARGENTINA S.A.C. y F., ambas sociedades anônimas constituídas de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires; e, (iii) ações representativas de 100% do capital social da FANACIF S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis do Uruguai, com sede em Montevidéu.

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva.

O Fechamento do negócio ocorreu efetivamente em 04 de dezembro de 2017, após o cumprimento das condições precedentes, inclusive a aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017.

Em 01 de março de 2018 foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação foi considerada a data-base de 30 de novembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição.

A soma dos ativos líquidos adquiridos, resultam nos seguintes montantes:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	3.493	3.493
Clientes	26.620	26.620
Estoques	37.579	37.579
Outros ativos	9.747	9.747
Não circulante		
Outros ativos	1.511	1.511
Imobilizado	6.332	32.502
Intangível	-	48.648
Total do Ativo	85.282	160.100
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	15.529	15.529
Empréstimos	8.235	8.235
Outros passivos	11.138	11.138
Não circulante		
Outros passivos	5.578	5.578
Total do Passivo	40.480	40.480
Ativos líquidos de passivos	44.802	119.620

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (d)	97.547
Patrimônio Líquido adquirido	41.306
Mais valia de ativos	
Imobilizado (a)	23.862
Intangível (b)	46.122
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (c)	(22.844)
Ágio apurado na operação líquido de efeito tributário	9.101

O preço de compra das Companhias adquiridas foi de R\$ 97.547, sendo que R\$ 87.508 foram pagos em caixa, dos quais R\$ 4.402 foram pagos em 2017 e o restante foi pago em 2018, R\$ 1.625 pela assunção de dívida dos vendedores com as adquiridas e R\$ 8.415 foram retidos pelo prazo de até 8 anos a partir da data de aquisição.

- (a) O ativo imobilizado das adquiridas na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, benfeitorias em imóveis de terceiros, máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado e o método de quantificação do custo.

O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determina o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. Este método foi utilizado para a avaliação das máquinas, equipamentos, do imóvel de uma das unidades localizadas na Argentina e do terreno localizado no Uruguai.

O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. Este método foi utilizado para avaliar as construções e benfeitorias do Uruguai, bem como o restante dos ativos tangíveis.

O valor da mais valia será depreciado pelo prazo da sua vida útil.

- (b) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se à carteira de clientes das adquiridas e às marcas pertencentes à Armetal.

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM (“Multi Period Excess Earnings Method”), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi calculado um *attrition rate* médio, estimado com base na análise da carteira de clientes e faturamento histórico, representando uma vida útil econômica de 13 anos. O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$ 40.553, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O valor justo das marcas pertencentes à Armetal foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do

produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. A vida útil econômica considerada para este intangível foi de 30 anos. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$ 5.569 o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

- (c) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre a mais valia ativo imobilizado e ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição na Argentina e no Uruguai, respectivamente. A realização no resultado será proporcional às respectivas depreciações e amortizações dos ativos.
- (d) A contraprestação envolvida nessa operação considerou o valor justo de todos os pagamentos e dívidas assumidas nessa operação. Os Contratos não contêm contraprestação contingente.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

b. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

c. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está demonstrada abaixo:

Controladas	Moeda Funcional
Randon Argentina S.A.	Peso Argentino
Randon Automotive Ltda.	Rand
Randon Peru S.A.C.	Novo Sol
Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Real
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Real
Master Sistemas Automotivos Ltda.	Real
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Real
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Real
Randon Investimentos Ltda.	Real
Randon Collection Comércio de Artigos Promocionais Ltda.	Real
Fras-le S.A.	Real
Fras-le Argentina S.A.	Peso Argentino
Fras-le North America, Inc.	Dólar Americano
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Peso Chileno
Fras-le Europe	Euro
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda.	Yuan
Fras-le México S de RL de CV	Peso Mexicano
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited	Rand
Freios Controil Ltda.	Real
Fras-le Middle East	Dirham
Fras-le Panamericana S.A.S	Peso Colombiano
PALR S.A.	Peso Argentino
Fanacif S.A.	Dólar Americano
Armetal Autopartes S.A	Peso Argentino
FARLOC Argentina S.A.I.C YF	Peso Argentino

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. Transações e saldos com controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

3.3 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

a.1 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Caixa e equivalentes de caixa são classificados nessa categoria.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

a.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis.

b. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldo bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação do balanço patrimonial e da demonstração dos fluxos de caixa.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedge de Fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.

Caso a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

3.4 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

d. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que possuem normas específicas para divulgação, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.5 Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender.

3.8 Cotas de consórcio

Avaliados pelo valor do crédito objeto do investimento em cotas de grupos de consórcio, até a data do balanço, sendo classificáveis como recebíveis.

3.9 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2)/IAS 28, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.10 Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo histórico de sua aquisição menos provisão para depreciação e perda por redução ao valor recuperável. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, o Grupo contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

As propriedades para investimento são depreciadas pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A vida útil média das propriedades para investimento é 49 anos.

3.11 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

c. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Vida útil média	% ano	Vida útil média	% ano
Edificações	50 anos	2,0	50 anos	2,0
Máquinas e equipamentos	11 anos	9,1	12 anos	8,3
Moldes	7 anos	14,3	6 anos	16,7
Veículos	7 anos	14,3	7 anos	14,3
Móveis e utensílios	11 anos	9,1	10 anos	10,0
Equipamentos de tecnologia	5 anos	20,0	4 anos	25,0
Direito uso subestação	-	-	9 anos	11,1

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.12 Ativos intangíveis

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 8 anos.

b. Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

3.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, conforme Lei nº 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. *Imposto corrente*

Imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

b. *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.15 Benefícios de pensão pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de Renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O Plano referido contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

A Companhia reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano foram amortizados linearmente durante os primeiros 20 anos, que teve início em Junho de 1994, não possuindo saldo remanescente de serviço anterior prestado pelos empregados em atividade;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade com a aplicação das probabilidades das tábuas “Experiência Empresas Randon no período 2008/2012”, e hipóteses de mortalidade e de Inválidos conforme estudo de aderência realizado em Novembro/2016.

3.16 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota explicativa 27). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3.17 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (R1) (IAS 33).

3.18 Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de lucro, conforme destinação dada pela Administração da Companhia.

3.19 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

3.20 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.21 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3.22 Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

3.23 Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 30 anos.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 18** - Provisão para Litígios

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários
- **Nota explicativa 29** - Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

c. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 23.

d. Benefícios de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota explicativa 12.

e. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Impairment de ativos não financeiros

A Companhia utiliza regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) gerados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual de um ativo for superior ao seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

5 Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, pois não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

5.1 Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9

A norma IFRS 9/CPC 48 substituirá a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- a) classificação e mensuração de ativos financeiros;
- b) redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e
- c) contabilidade de hedge.

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Nas tabelas abaixo, demonstramos a classificação dos ativos financeiros da Controladora e do Consolidado em 31 de dezembro de 2017 e como ficará a classificação a partir da data da adoção em 1º de janeiro de 2018:

Controladora

(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC 38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	8.458	-	8.458
Aplicações de Liquidez imediata	-	569.818	-	569.818
Clientes	165.945	-	165.945	-
Clientes Empresas Ligadas	13.022	-	13.022	-
Aplicações de Liquidez não imediata (CP)	-	373.927	-	373.927
Aplicações de Liquidez não imediata (LP)	-	135.251	-	135.251
Outros Direitos Realizáveis	504	-	504	-
Consórcios para revenda	29.210	-	-	29.210
Total	208.681	1.087.454	179.471	1.116.664

Consolidado

	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC 38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	48.986	-	48.986
Aplicações de Liquidez imediata	-	952.613	-	952.613
Clientes	569.139	-	569.139	-
Clientes Empresas Ligadas	-	-	-	-
Aplicações de Liquidez não imediata (CP)	-	650.698	-	650.698
Aplicações de Liquidez não imediata (LP)	-	-	-	-
Outros Direitos Realizáveis	6.986	-	6.986	-
Consórcios para revenda	65.032	-	-	65.032
Clientes - Operações de crédito LP	65.682	-	65.682	-
Total	706.839	1.652.297	641.807	1.717.329

b. Redução ao valor recuperável - Modelo de perdas em crédito esperadas

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

Na avaliação realizada durante o exercício de 2017, a Companhia levou em consideração sua política atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, os segmentos de atuação e dos clientes, bem como sua taxa histórica de inadimplência e estimativas futuras de perdas.

A Companhia entende que com a adoção da nova norma, a provisão para perdas com devedores duvidosos (provisão por redução do valor recuperável de contas a receber) não terá impactos significativos.

Contabilidade de *hedge*

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas como relações de *hedge* eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de *hedge* de acordo com a IFRS 9. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os instrumentos de proteção (*hedges*) em que se excluam os componentes (*forward points*) de designação como *hedge* de acordo com a IAS 39. Uma vez que a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza *hedges* efetivos, a aplicação dos requisitos de *hedge* da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Impacto estimado da adoção do CPC 47 / IFRS 15

A norma IFRS 15/CPC 47 substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia tem como principais receitas a venda de produtos. Durante o exercício de 2017, a Companhia realizou a avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, que compreendem: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita.

Ao preparar-se para a adoção da IFRS 15, a Companhia considerou como principais pontos, os seguintes:

Obrigações de Desempenho

Nos contratos com clientes a Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas vendas e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Espera-se que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Contraprestação variável

A Companhia possui alguns contratos com clientes que oferecem direito a descontos comerciais ou abatimentos por volume, para os quais os montantes de transações não são significativos. Atualmente, a Companhia reconhece a receita da venda de bens mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos comerciais, quando estes existirem.

Em relação às devoluções de vendas, as mesmas ocorrem de forma esporádica, não apresentam valores relevantes. Desta forma, concluímos que o impacto não será significativo.

A Companhia possui programas de incentivos de vendas para os quais, a Administração concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras da Companhia com a adoção da nova norma.

c. Componentes de Financiamento

Em alguns contratos de venda, a Companhia recebe adiantamentos de seus clientes, porém, os mesmos são realizados a curto prazo e os valores recebidos não são considerados significativos, desta forma, a Companhia conclui que não haverá impactos significativos.

Com base nas análises realizadas, a Companhia não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produtos e bens. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

Impacto da Adoção do IFRS 16

IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo máximo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e entende que poderá gerar efeito sobre as suas divulgações, devido ao fato de, no momento inicial de adoção, termos um incremento no saldo do ativo não circulante referente ao direito de uso dos ativos e um incremento no saldo de passivo de arrendamento mercantil. O incremento inicial no passivo, como consequência, gerará um incremento na dívida líquida da Companhia.

Com relação à análise do resultado, teremos um impacto positivo no valor do EBTIDA da Companhia, visto que o valor das despesas referente aos arrendamentos operacionais, registradas no resultado operacional, darão lugar às despesas de juros dos arrendamentos mercantis, registradas no resultado financeiro, e às despesas de amortização com relação ao direito de uso dos contratos firmados.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	474	698	19.994	28.619
Numerários em trânsito (a)	7.985	9.008	28.992	20.869
Aplicações financeiras (b)	569.818	609.679	952.613	1.084.155
	578.277	619.385	1.001.599	1.133.643

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 50% e 102% (72% a 102,5% em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
Aplicação	Remuneração média em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CDB e Operações Compromissadas LFS(Debêntures)	97,00% a 102,5% do CDI	509.178	369.488	633.605	664.061
		-	-	17.093	16.922
Total		509.178	369.488	650.698	680.983
(-) Circulante		373.927	265.225	650.698	680.983
Não circulante		135.251	104.263	-	-

As aplicações financeiras de liquidez não imediata classificadas como não circulante são representadas por aplicações realizadas diretamente na controlada Banco Randon S.A. (Nota explicativa 11).

8 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
No País	139.737	152.649	521.198	526.231
- De terceiros	130.241	140.854	521.198	526.231
- Partes relacionadas	9.184	11.310	-	-
- Vendor	312	485	-	-
No exterior	40.036	50.623	115.424	105.028
- De terceiros	36.198	43.573	115.424	105.028
- De partes relacionadas	3.838	7.050	-	-
	179.773	203.272	636.622	631.259
Menos:				
- Ajuste a valor presente	(806)	(1.903)	(1.807)	(3.466)
- Provisão para devedores duvidosos	(28.500)	(26.675)	(45.995)	(47.052)
Total	150.467	174.694	588.820	580.741
(-) Circulante	150.467	174.694	526.646	484.247
Não circulante	-	-	62.174	96.494

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os prazos médios de recebimentos na controladora, para o mercado interno, são de 61 e 146 dias, respectivamente, e para o mercado externo 65 e 55 dias, respectivamente. Os prazos médios de recebimento dos ativos não circulantes no consolidado são de 697 dias em 2017 e 563 dias em 2016.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(26.675)	(16.967)	(47.052)	(41.046)
Adições	(3.973)	(16.631)	(11.693)	(28.646)
Baixa/realizações	2.148	6.923	12.750	22.640
Saldo no final do exercício	(28.500)	(26.675)	(45.995)	(47.052)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	107.201	96.042	516.668	506.747
De 1 a 30 dias	28.674	48.658	62.713	54.660
De 31 a 60 dias	3.051	11.658	8.147	12.707
De 61 a 90 dias	2.967	7.608	6.965	9.369
De 91 a 180 dias	5.827	10.964	5.358	11.360
Acima de 181 dias	32.053	28.342	36.771	36.416
Total	179.773	203.272	636.622	631.259

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na Nota explicativa 29.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	41.944	40.342	174.207	146.454
Produtos em elaboração	91.423	96.908	131.934	123.294
Matérias-primas	71.362	52.593	186.620	121.036
Material auxiliar e de manutenção	46.080	44.925	94.286	66.662
Adiantamentos a fornecedores	637	218	10.869	4.429
Importações em andamento	6.432	3.426	32.670	17.254
Provisão para perdas com estoques	(12.657)	(8.662)	(23.526)	(17.594)
	245.221	229.750	607.060	461.535

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(8.662)	(8.410)	(17.594)	(13.395)
Adições	(8.705)	(8.575)	(16.045)	(19.071)
Recuperações/ realizações	4.710	8.323	10.113	14.872
Saldo no final do exercício	(12.657)	(8.662)	(23.526)	(17.594)

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS (a)	36.973	23.202	61.842	47.665
IPI (b)	24.377	24.292	25.279	25.274
IRPJ e CSLL (c)	79.591	56.627	89.929	68.678
COFINS (d)	13.042	12.585	17.651	16.608
PIS (d)	2.845	2.744	3.826	4.662
IVA (e)	-	-	17.926	17.495
Reintegra (f)	3.348	177	10.212	1.180
Outros	1.011	1.713	27.384	10.106
Total	161.187	121.340	254.049	191.668
(-) Circulante	141.695	100.023	215.107	158.679
Não circulante	19.492	21.317	38.942	32.989

- a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**
O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.
- b. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**
O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.
- c. Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)**
Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.
- d. Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS)**
O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.
- e. Imposto sobre Valor Adicionado (IVA)**
O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar pelas controladas Randon Argentina S.A. e Fras-le Argentina S.A. Os referidos créditos não prescrevem e a Companhia espera que sua recuperação ocorra em 18 meses.
- f. Reintegra**
O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando da apuração de valores a pagar, relativamente a qualquer outro tributo federal.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas controladas, as quais não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos:

	Ativo				Passivo		
	Contas a receber	Aplicações financeiras e outros	JSCP a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar por compras	Adiantamentos de controladas	Mútuos a pagar
Master Sistemas Automotivos Ltda. (a)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	602	-	-	-	5.610	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	132	-	5.891	749	2.262	114	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	49	-	-	-	4.500	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	2	-	1.863	2.209	2.452	-	-
Fras-le S.A. (a)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	632	-	11.570	-	316	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	27	-	2.993	420	44	-	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	6.883	8	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	245	-	-	-	1	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	791	15.881	-	-	5.333	6	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	10.916	4.011	-	-	134	54	-
Fras-le Argentina S.A.(b)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.052	-	-	97	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	1.402	-	-	97	-	-	-
Randon Argentina S.A.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.352	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	5.648	-	-	-	-	-	-
Randon Peru S.A.C.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.434	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	27	-	-	-	-	85	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	2	-	-	19.757	-	-	-
Randon Collection Comércio de Artigos Promocionais Ltda.(a)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	58	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-
Banco Randon S.A.(d)							
Saldo 31 de dezembro de 2017	7	135.279	-	1.459	-	1	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	-	104.303	-	-	15	1	-
Outras partes relacionadas (c)*							
Saldo 31 de dezembro de 2017	161	-	-	-	67	14	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	31	5	4.975
Saldo 31 de dezembro de 2017	13.048	151.168	11.570	1.556	15.826	106	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	18.374	108.314	10.747	23.232	4.939	174	4.975

(*) Não consolidado, o saldo de outras partes relacionadas foi de R\$ 1.493 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 5.492 em 31 de dezembro de 2016).

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras receitas	Outras despesas	Recebimentos	Pagamentos
Master Sistemas Automotivos Ltda. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	4.365	121.396	7.164	338	23	20
Saldo 31 de dezembro de 2016	3.510	94.510	6.498	452	24	19
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (a)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	145	55.468	2.225	38	13	40
Saldo 31 de dezembro de 2016	349	32.525	2.393	115	13	38
Fras-le S.A.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	6.398	19.392	14.087	3.233	15	25
Saldo 31 de dezembro de 2016	6.027	6.932	15.358	6.116	34	11
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	67.173	405	191	96	12	22
Saldo 31 de dezembro de 2016	65.965	6.947	331	572	8	67
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	12.307	129.780	14.411	1.130	39	15
Saldo 31 de dezembro de 2016	12.090	64.625	1.472	249	17	6
Freios Controil Ltda. (b)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	940	-	-	-	12	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	2.072	-	-	-	23	-
Randon Argentina S.A.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	33.804	-	-	-	49	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	22.553	-	-	-	162	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	2.197	-	1.790	27	7	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	2.830	-	1.592	48	5	-
Banco Randon S.A. (d)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	454	-	10.923	5.453	9	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	486	-	12.075	4.001	9	-
Randon Automotive Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	-	653	-	-	-	1
Saldo 31 de dezembro de 2016	-	1.914	-	-	-	1
Fras-le Argentina S.A. (b)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	3.205	-	-	-	118	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	3.250	-	-	-	88	-
Randon Collection Comércio de Artigos Promocionais Ltda.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	58	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-
Randon Peru S.A.C.(a)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	708	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (c)						
Saldo 31 de dezembro de 2017	700	38	154	352	34	75
Saldo 31 de dezembro de 2016	6	42	36	155	-	-
Total						
Saldo 31 de dezembro de 2017	132.454	327.132	50.945	10.667		
Saldo 31 de dezembro de 2016	119.138	207.495	39.755	11.708		

(a) Sociedade controlada direta da Companhia.

(b) Sociedade controlada pela Fras-le S.A.

(c) Outras partes relacionadas — Saldos de mútuos a receber e a pagar mantidos junto a diretores, gerentes, membros do Conselho de Administração e entre outras partes relacionadas.

(d) Sociedade controlada pela Randon Investimentos Ltda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as operações de vendas com as empresas do Grupo Meritor atingiram o montante, na Master Sistemas Automotivos Ltda., de R\$ 33.290 (R\$ 55.645 em 31 de dezembro de 2016), na Fras-Le S.A. e suas controladas de R\$ 75.980 (R\$ 103.348 em 31 de dezembro de 2016), na Randon S.A. Implementos e Participações e suas filiais de R\$ 2.152 (R\$ 14.862 em 31 de dezembro de 2016).

As operações de vendas com as empresas do grupo Jost Werke atingiram o montante, na Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda., de R\$ 1.169 (R\$ 1.981 em 31 de dezembro de 2016).

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta-corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

As transações comerciais praticadas com essas partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato de associação entre as partes. O acordo comercial leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos adquiridos pelas partes relacionadas, que não são comparáveis aos vendidos para partes não relacionadas.

Nas transações comerciais com vencimentos a prazo, a Companhia utiliza como taxa de juros o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que é a mesma taxa de referência para as transações comerciais praticadas com terceiros. Para as transações comerciais com vencimento à vista não são praticados juros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia e suas controladas definiram como pessoal chave: o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária, o Conselho Fiscal, a Diretoria Não Estatutária e os principais executivos das empresas controladas.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	14.787	18.331	23.307	26.513
Benefícios pós-emprego - contribuições para Randonprev	730	867	1.156	1.404
Total	15.517	19.198	24.463	27.917

A Companhia não realizou o pagamento ao seu pessoal chave da Administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

12 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2017 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)				
Custo de serviço corrente	170	337	367	696
Custo dos juros sobre VPO	529	712	1.004	1.349
Receita de juros sobre ativos do plano	(1.017)	(1.063)	1.929	2.012
Juros sobre o superávit irrecuperável	463	318	876	600
	145	304	4.176	4.657
Custo de benefício definido no resultado	145	304	4.176	4.657
Rendimento real dos ativos do plano	131	924	2.247	1.514

Ativo (passivo) de benefícios

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Obrigação com benefícios definidos	(3.296)	(5.116)	(7.001)	(9.688)
Valor justo dos ativos do plano	9.337	9.256	19.829	17.528
Ajuste devido	(6.041)	(4.140)	(12.828)	(7.840)
Ativo de benefícios	-	-	-	-

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2015	(5.786)	(10.929)
Custo de juros	(712)	(1.349)
Custo do serviço corrente	(337)	(696)
Benefícios pagos	373	450
Perdas atuariais sobre obrigações	<u>1.346</u>	<u>2.836</u>
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2016	<u>(5.116)</u>	<u>(9.688)</u>
Custo de juros	(529)	(1.004)
Custo do serviço corrente	(170)	(582)
Benefícios pagos	251	377
Ganhos/Perdas atuariais sobre obrigações	<u>2.268</u>	<u>3.896</u>
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2017	<u>(3.296)</u>	<u>(7.001)</u>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	8.279	15.638
Retorno sobre o investimento	924	1.514
Contribuição do empregador	425	826
Benefícios pagos	(372)	(450)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	<u>9.256</u>	<u>17.528</u>
Retorno sobre o investimento	131	2.247
Contribuição do empregador	201	431
Benefícios pagos	<u>(251)</u>	<u>(377)</u>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	<u>9.337</u>	<u>19.829</u>

A Companhia espera contribuir com R\$ 3.343 aos seus planos de previdência com benefício definido, em 2018. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ações	2.006	1.708	4.259	3.233
Títulos	<u>7.331</u>	<u>7.548</u>	<u>15.570</u>	<u>14.295</u>
	<u>9.337</u>	<u>9.256</u>	<u>19.829</u>	<u>17.528</u>

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2017	2016
Taxa de desconto	9,78%	11,18%
Taxa de crescimento salarial	6,42%	7,03%
Taxa de crescimento de benefícios	4,25%	4,85%
Expectativa de vida de participantes recebendo renda vitalícia	26	26

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Contribuições esperadas para o exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2018 realizada pela empresa		
Empresas	218	462
	218	462
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		
Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018	369	700
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2027	3.563	8.060
	3.932	8.760
Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante		
Participantes ativos	2.920	6.481
BPDs- Benefícios proporcionais diferidos	354	498
Aposentados	22	22
	3.296	7.001
Informações patrimoniais		
Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2017		
Renda variável	11,00%	11,00%
Renda fixa	88,00%	88,00%
Outros	1,00%	1,00%
	100,00%	100,00%
Resultado do exercício		
Custo de serviço corrente	160	400
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	(11)	(23)
	149	377

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação, em 31 de dezembro de 2017:

	Valor Presente da Obrigação (VPO) 2017	1 p.p Aumento - Efeito no VPO	1 p.p Redução - Efeito no VPO
Patrocinadora			
Randon S.A. Implementos e Participações	3.296	(211)	239
Randon Implementos para o Transporte Ltda	88	(6)	6
Master Sistemas Automotivos Ltda	473	(30)	34
Randon Administradora de Consórcios Ltda	128	(8)	9
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda	167	(11)	12
Fras-le S.A.	2.419	(154)	176
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	185	(12)	13
Freios Controil Ltda	215	(14)	16
Banco Randon S.A.	25	(2)	2
Total	6.996	(448)	507

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto. A combinação da taxa real de desconto com a taxa de inflação, resulta na taxa nominal de desconto igual a 9,78% a.a..Considerando o aumento de 1% na taxa de desconto, esta sensibilidade representará um acréscimo de R\$ 448 no valor do VPO, e, com a a redução de 1% nesta taxa, haverá a redução no VPO de R\$ 507. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

13 Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação em controladas	847.943	921.015		-
Outros investimentos	1.272	1.272	1.279	1.276
Lucros não realizados nos estoques	(125)	(123)	-	-
Lucros não realizados em imóveis	(1.123)	(1.123)	-	-
	847.967	921.041	1.279	1.276

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldos no início do exercício	921.041	778.132	1.276	1.648
Integralização de capital social	1.920	158.357	3	2
Gasto com emissão de ações	-	(1.927)	-	-
Baixa outros investimentos	(97.990)	(251)	-	(374)
Equivalência patrimonial	117.058	39.927	-	-
Variação cambial das investidas no exterior	(2.885)	(15.475)	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(95.229)	(47.144)	-	-
Avaliação Randonprev	67	(4)	-	-
Lucros não realizados nos estoques / imóveis	(2)	678	-	-
Outros resultados abrangentes de controladas	3.987	8.748	-	-
Saldos no final do exercício	847.967	921.041	1.279	1.276

Em 20 de abril de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da controlada Fras-le S.A., o efetivo aumento de capital social da controlada no montante total de R\$ 300.000, sendo o aporte da Companhia no valor de R\$ 158.144, totalizando a participação de 51,16%.

Redução de Capital da Randon Implementos para o Transporte Ltda.

Em 05 de julho de 2017, a empresa Randon Implementos para o Transporte Ltda., através da Ata nº 17 de Reunião de Sócios, aprovaram a redução de capital social da Sociedade no valor de R\$ 98.000, mediante pagamento às sócias, em dinheiro, de acordo com sua respectiva participação societária.

Em 19 de outubro de 2017, foi reconhecida esta alteração através da efetivação da Alteração e Consolidação do Contrato Social nº 14, onde o capital social passou de R\$ 150.000 para R\$ 52.000.

Movimentação dos saldos

	Fras-le S.A.	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Peru	Randon Collection	Randon Argentina S.A.	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Randon Investimentos Ltda.	Randon Automotive Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	394.697	69.843	33.195	154.213	52.101	-	-	14.919	117.044	83.056	1.033	914	921.015
- Aumento de participação societária	-	-	-	-	-	1.670	250	-	-	-	-	-	1.920
- Baixa investimento	-	-	-	(97.990)	-	-	-	-	-	-	-	-	(97.990)
- Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(32.560)	(21.419)	(10.708)	-	(22.561)	-	-	(444)	-	(7.537)	-	-	(95.229)
- Ajustes acumulados de conversão	(255)	-	-	-	-	23	-	(2.632)	-	-	121	(142)	(2.885)
- Outros resultados abrangentes	3.987	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.987
- Avaliação Randonprev	87	-	1	(12)	2	-	-	-	(9)	(2)	-	-	67
- Equivalência patrimonial	33.067	15.451	8.134	14.024	24.375	(528)	(15)	5.298	11.663	6.138	(626)	77	117.058
Saldos em 31 de dezembro de 2017	399.023	63.875	30.622	70.235	53.917	1.165	235	17.141	128.698	81.655	528	849	847.943

Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu de suas controladas Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) no valor de R\$ 34.421 (R\$ 8.802 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia recebeu dividendos de controladas no valor de R\$ 60.808 (R\$ 38.342 em 31 de dezembro de 2016).

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Informações das investidas

	Fras-le S.A. (***)	Master Sistemas Automotivos Ltda. (*)	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (*)	Randon Implementos para o Transporte Ltda. (**)	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Argentina S.A.	Randon Collection	Randon Peru	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. (*)	Randon Investim entos Ltda.	Randon Automotive Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	Controladora	
													31/12/2017	31/12/2016
Capital social	600.000	60.000	5.690	52.000	30.000	16.190	250	3.311	170.000	75.100	47	6.622		
Quantidade total de ações ou quotas da investida (em lotes de mil)														
- Ordinárias	217.566	-	-	-	-	4.882	-	3.280	-	-	-	14.099		
- Quotas	-	60.000	5.690	52.000	30.000	-	250	-	170.000	75.100	210	-		
Participação no capital social, no final do exercício - %	51,16	51	51	99,99	99,57	94,99	99,99	51	99,99	99,99	100	6		
Ativos	1.366.163	302.509	90.810	84.801	141.433	34.312	310	5.168	185.298	345.962	544	58.739		
Passivos	585.268	176.822	30.177	14.559	87.283	16.292	75	2.884	56.590	264.306	16	44.587		
Receita líquida	832.831	337.732	155.047	60.300	120.333	86.260	4	80	248.634	43.473	900	99.013		
Patrimônio líquido ajustado	780.895	125.687	60.633	70.242	54.150	18.020	235	2.284	128.708	81.656	528	14.152		
Lucro líquido/ (Prejuízo) do exercício	64.065	30.334	16.023	14.025	24.480	5.550	(15)	(1.036)	11.574	6.139	(627)	1.270		
Ajustes acumulados de conversão	664	-	-	-	-	(2.632)	-	23	-	-	121	(142)	(1.966)	(15.475)
Equivalência patrimonial	33.067	15.451	8.134	14.024	24.375	5.298	(15)	(528)	11.663	6.138	(626)	77	117.058	39.927
Valor do investimento	399.023	63.875	30.622	70.235	53.917	17.141	235	1.165	128.698	81.655	528	849	847.943	921.015

(*) Exclui lucros não realizados nos estoques: Fras-le S.A. (R\$ 483), Master Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 225), Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 301) e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. (R\$ 3).

(**) Conforme divulgações públicas e em função do atual cenário econômico, a Companhia decidiu interromper as atividades fabris da controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda. em abril de 2016. A empresa realizou redução de capital de R\$ 97.990 em outubro de 2017 através de remessa de valor à Controladora. A unidade continua realizando operações comerciais com seus clientes e foi definida pela administração a intenção de venda de seu ativo permanente no pultimo trimestre de 2017. Dessa forma, seus ativos de longo prazo foram classificados como propriedade para investimento, vide Nota Explicativa 14.

(***) Em 31 de dezembro de 2016, ao realizar os testes de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa da linha de produtos “blocos”, localizada na controlada indireta Fras-le North-America Inc., apresentava indicadores de perda em função da avaliação de sua viabilidade econômica. A Companhia e sua controlada indireta, não possuem expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos naquela unidade geradora de caixa. O valor foi registrado no resultado do exercício de 2016 na Fras-le S.A., na rubrica de outras receitas e despesas operacionais. Em setembro de 2017, a Companhia identificou uma parcela adicional de ativos registrados acima de seu valor recuperável sobre a mesma unidade geradora de caixa, registrando seus efeitos no resultado do exercício de 2017. Adicionalmente, há a possibilidade de retomada da utilização daquela unidade geradora de caixa considerando alterações na política cambial daquele país. A unidade Blocos gerou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, um *impairment* de R\$ 9.031 (R\$ 11.950 em 31 de dezembro de 2016), sendo o *impairment* total desta unidade em 31 de dezembro de 2017 R\$ 21.160 (R\$ 11.950 em 31 de dezembro de 2016)

14 Propriedade para investimento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Valor de aquisição do bem	19.112	-	77.288	58.176
Baixas	-	-	(29.483)	-
Depreciação	<u>(5)</u>	-	<u>(5.463)</u>	(5.071)
Saldo no final do exercício	<u>19.107</u>	-	<u>42.342</u>	53.105

Na controladora a propriedade para investimento é constituída de uma área de reflorestamento, que encontra-se arrendada, composta de terrenos, prédios e de uma área de plantação. Essa propriedade possui uma área total de 1.809,6 hectares e está localizada na cidade de Vacaria/RS.

No consolidado, além dessa área arrendada da controladora a propriedade para investimento é constituída de um terreno com área total de 110.460 m² e área construída de 28.467 m², localizados na cidade de Guarulhos/SP e está mensurado pelo seu valor justo. A propriedade para investimento não está sendo utilizada nas atividades operacionais da Companhia e é mantida para auferir aluguel ou para valorização de capital. Em junho de 2017, a Companhia realizou a venda de parte dessa propriedade.

15 Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de Tecnologia	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	510.323	568.773	12.454	14.320	17.108	70.133	3.796	1.196.907
Aquisições	1.731	9.305	586	450	32	3.733	7.507	23.344
Baixas	(1.388)	(3.407)	(14)	(139)	(3.555)	-	-	(8.503)
Transferências	(733)	8.011	693	53	68	(485)	(9.606)	(1.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	509.933	582.682	13.719	14.684	13.653	73.381	1.697	1.209.749
Aquisições	17.497	10.775	770	240	166	23.240	11.635	64.323
Baixas	(391)	(7.366)	(939)	(31)	(1.568)	-	-	(10.295)
Transferências	(12.602)	10.280	330	-	140	(10.495)	(1.717)	(14.064)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	514.437	596.371	13.880	14.893	12.391	86.126	11.615	1.249.713
Depreciação e perda do valor Recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e Moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de tecnologia	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(73.486)	(326.779)	(8.377)	(12.485)	(12.045)	-	-	(433.172)
Depreciação	(7.822)	(34.266)	(679)	(783)	(1.078)	-	-	(44.628)
Baixas	843	2.427	9	128	2.849	-	-	6.256
Transferências	66	(42)	(31)	7	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(80.399)	(358.660)	(9.078)	(13.133)	(10.274)	-	-	(471.544)
Depreciação	(7.710)	(32.367)	(739)	(653)	(722)	-	-	(42.191)
Baixas	69	6.055	930	32	1.127	-	-	8.213
Transferências	(27)	(1)	21	-	-	-	-	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(88.067)	(384.973)	(8.866)	(13.754)	(9.869)	-	-	(505.529)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	429.534	224.022	4.641	1.551	3.379	73.381	1.697	738.205
Saldos em 31 de dezembro de 2017	426.370	211.398	5.014	1.139	2.522	86.126	11.615	744.184

Randon S.A. Implementos e Participações
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Consolidado

Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	831.015	1.468.686	38.596	31.688	23.281	105.511	6.312	2.505.089
Aquisições	2.346	16.901	960	815	105	12.540	7.318	40.985
Baixas	(2.233)	(33.511)	(2.204)	(1.755)	(4.794)	(260)	-	(44.757)
Transferências/Reclassificação	(55.903)	30.443	929	173	68	(24.397)	(11.665)	(60.352)
Variação cambial	(4.489)	(18.265)	(301)	(435)	(159)	(1.653)	--	(25.302)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	770.736	1.464.254	37.980	30.486	18.501	91.741	1.965	2.415.663
Aquisições	20.343	21.500	1.564	1.335	173	66.949	13.863	125.727
Aquisições novos negócios	2.382	11.597	174	638	764	743	13	16.311
Baixas	(492)	(33.573)	(3.013)	(1.337)	(2.909)	(913)	-	(42.237)
Transferências/Reclassificação	(10.347)	27.492	409	151	213	(30.422)	(1.854)	(14.358)
Mais Valia	19.165	4.477	118	-	103	-	-	23.863
Variação cambial	(831)	2.006	(14)	3	(55)	122	-	1.231
Saldos em 31 de dezembro de 2017	800.956	1.497.753	37.218	31.276	16.790	128.220	13.987	2.526.200
Depreciação e perda do valor Recuperável								
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(140.923)	(840.829)	(26.596)	(27.446)	(16.442)	-	-	(1.052.236)
Depreciação	(15.243)	(79.486)	(1.973)	(1.690)	(1.504)	-	-	(99.896)
Baixas	897	19.951	1.681	1.500	3.758	-	-	27.787
Transferência	5.135	(894)	5	825	-	-	-	5.071
Perdas por redução ao valor recuperável	(3.700)	(6.941)	-	-	-	(1.309)	-	(11.950)
Variação cambial	951	7.007	219	344	112	-	-	8.633
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(152.883)	(901.192)	(26.664)	(26.467)	(14.076)	(1.309)	-	(1.122.591)
Depreciação	(14.048)	(78.769)	(2.064)	(1.504)	(986)	-	-	(97.371)
Depreciação aquisição novos negócios	(1.126)	(8.008)	(143)	(321)	(380)	-	-	(9.978)
Baixas	167	30.969	2.701	1.026	1.850	-	-	36.713
Transferência	2.807	(2.466)	72	(33)	-	-	-	380
Perdas por redução ao valor recuperável	(3.282)	(5.749)	-	-	-	-	-	(9.031)
Variação cambial	225	(1.103)	12	(13)	30	(19)	-	(868)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(168.140)	(966.318)	(26.086)	(27.312)	(13.562)	(1.328)	-	(1.202.746)
Valor residual líquido								
(Saldos em 31 de dezembro de 2016)	617.853	563.062	11.316	4.019	4.425	90.432	1.965	1.293.072
Saldos em 31 de dezembro de 2017	632.816	531.435	11.132	3.964	3.228	126.892	13.987	1.323.454

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Construções e benfeitorias em imóveis	53.598	40.072	54.196	40.942
Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos	26.843	31.788	64.551	47.570
Fabricação de ferramentas	5.685	1.521	8.145	3.229
	86.126	73.381	126.892	91.741

Custos de empréstimos capitalizados

Na controladora, o montante de custo de empréstimos capitalizados no exercício foi de R\$ 4.807. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,49% a.m., que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

No consolidado, o montante de custo de empréstimos capitalizados no exercício foi de R\$ 5.126 (R\$ 502 em 31 de dezembro de 2016). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,43% a.m. (0,16% a.m. em 31 de dezembro de 2016), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 2.628 (R\$ 3.733 em 31 de dezembro de 2016).

Os ativos em construção serão registrados como “terrenos e prédios” após finalização da construção.

16 Intangível

Controladora

Custo ou avaliação	Marcas e Patentes	Intangível em andamento	Software e licenças	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	202	590	105.995	106.787
Aquisições	-	-	1.664	1.664
Baixas	-	-	(29)	(29)
Transferências	-	(350)	2.349	1.999
Saldos em 31 de dezembro de 2016	202	240	109.979	110.421
Aquisições	-	-	481	481
Baixas	-	-	(903)	(903)
Transferências	-	(62)	508	446
Saldos em 31 de dezembro de 2017	202	178	110.065	110.445
Amortização e perda do valor recuperável				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	(56.378)	(56.378)
Amortização	-	-	(12.611)	(12.611)
Baixas	-	-	23	23
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	(68.966)	(68.966)
Amortização	-	-	(11.798)	(11.798)
Baixas	-	-	564	564
Transferências	-	-	12	12
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	(80.188)	(80.188)
Valor residual líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	202	240	41.013	41.455
Saldos em 31 de dezembro de 2017	202	178	29.877	30.257

Consolidado

Custo ou avaliação	Marcas e Patentes	Intangível em andamento	Software e licenças	Carteira de Clientes	Ágio	Direito de Uso de Subestação de energia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	227	809	177.925	-	-	16.875	195.836
Aquisições	-	7	2.025	-	-	-	2.032
Baixas	(6)	-	(7.920)	-	-	(15)	(7.941)
Transferências/Reclassificação	-	(303)	2.426	-	-	54	2.177
Variação cambial	-	(44)	(332)	-	-	-	(376)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	221	469	174.124	-	-	16.914	191.728
Aquisições	-	1.589	1.386	-	-	-	2.975
Mais Valia	5.569	-	-	40.553	9.101	-	55.223
Baixas	-	(729)	(3.386)	-	-	-	(4.115)
Transferências/Reclassificação	-	(62)	802	-	-	-	740
Variação cambial	-	3	72	-	-	-	75
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.790	1.270	172.998	40.553	9.101	16.914	246.626
Amortização e perda do valor Recuperável							
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	(99.789)	-	-	(6.420)	(106.209)
Amortização	-	-	(18.460)	-	-	(2.975)	(21.435)
Baixas	-	-	4.298	-	-	-	4.298
Variação cambial	-	-	201	-	-	-	201
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	(113.750)	-	-	(9.395)	(123.145)
Amortização	-	-	(16.934)	-	-	(2.976)	(19.910)
Baixas	-	-	2.785	-	-	-	2.785
Transferência	-	-	12	-	-	-	12
Variação cambial	-	-	(17)	-	-	-	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	(127.204)	-	-	(12.371)	(140.275)
Valor residual líquido							
(Saldos em 31 de dezembro de 2016)	221	469	60.374	-	-	7.519	68.583
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.790	1.270	45.094	40.553	9.101	4.543	106.351

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada entre 5 e 8 anos, direitos de uso de subestação de energia, amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável.

17 Adesão a programa tributário

(i) Programa de Regularização Tributária (PRT)

Em 31 de maio de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT) nos termos da Medida Provisória 766 de 4 de janeiro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.687 de 31 de janeiro de 2017.

O objetivo dessa adesão, foi de incluir no Programa de Regularização Tributária (PRT) eventuais discussões administrativas e judiciais detidas juntos às autoridades fiscais federais, em função dos benefícios gerados para a Companhia e suas controladas com a utilização de prejuízos fiscais das empresas Randon e a finalização dessas discussões.

Os montantes das dívidas tributárias incluídas no PRT foram os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.070)	(4.656)
PIS e COFINS	(767)	(772)
Imposto de Importação	(1.066)	(1.066)
IPI	(341)	(846)
IRRF	-	(667)
Drawback - Tributos Federais	-	(2.415)
Multa	(6.171)	(7.686)
Juros	(4.175)	(8.661)
Outros	-	(322)
Total	(15.590)	(27.091)

A Companhia optou pelo pagamento à vista e em espécie de 20% dos débitos e liquidação de 80% com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Na liquidação destes saldos, foram utilizados R\$ 12.472 de prejuízos fiscais próprios da controladora e R\$ 9.201 com prejuízos fiscais de empresas controladas. As empresas controladas Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda, Master Sistemas Automotivos Ltda. e Fras-le S.A. adquiriram prejuízos fiscais e base negativa de CSLL da controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda., no montante de R\$ 7.497 com deságio de 10%, gerando benefício para a Companhia e suas controladas de R\$ 6.747, porém na consolidação esse efeito é nulo. O restante do saldo foi utilizado pela própria Randon Implementos para o Transporte Ltda.

Controladora	Montante das dívidas incluídas no PRT	Redução por pagamento em dinheiro	Prejuízos fiscais utilizados
Imposto de renda e contribuição social	(3.070)	614	2.456
PIS e COFINS	(767)	153	614
Imposto de Importação	(1.066)	213	853
IPI	(341)	68	273
Multa	(6.171)	1.234	4.937
Juros	(4.175)	836	3.339
Total	(15.590)	3.118	12.472

Consolidado	Montante das dívidas incluídas no PRT	Redução por pagamento em dinheiro	Prejuízos fiscais utilizados
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.656)	931	3.725
PIS e COFINS	(772)	154	618
Imposto de Importação	(1.066)	213	853
IPI	(846)	169	677
IRRF	(667)	133	534
Drawback - Tributos Federais	(2.415)	483	1.932
Multa	(7.686)	1.537	6.149
Juros	(8.661)	1.734	6.927
Outros	(322)	64	258
Total	(27.091)	5.418	21.673

Os efeitos contábeis no resultado foram:

	Controladora	Consolidado
Montante das dívidas incluídas no PRT	(15.590)	(27.091)
Crédito de impostos	-	1.400
IR/CS Diferido	-	8.071
Efeito no resultado	(15.590)	(17.620)

(ii) Programa Especial de Quitação e Parcelamento (REFAZ)

Em 19 de abril de 2017, a Companhia aderiu a este programa para regularizar o ICMS decorrente de Auto de Lançamento oriundo de denúncia espontânea de um Ato Concessório de Drawback, na modalidade suspensão, no montante de R\$ 4.137. Com a regularização do referido débito a Companhia se beneficiou com a redução de 40% dos juros e 65% da multa e o impacto líquido no resultado foi de R\$ 951.

	Consolidado
Montante das dívidas incluídas no REFAZ	(4.137)
Crédito de impostos	2.201
Redução multa	413
Redução juros	572
Efeito no resultado	(951)

(iii) Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em 15 de agosto de 2017, a controladora Randon S.A. Implementos e Participações e, em 26 de setembro de 2017, sua controlada direta Master Sistemas Automotivos Ltda, em 14 de novembro de 2017, sua controlada direta Frax-le S.A. aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária PERT nos termos da Medida Provisória 783 de 31 de maio de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.711 de 16 de junho de 2017 e convertida na lei 13.496 de 24 de outubro de 2017.

Os montantes das dívidas tributárias incluídas no PERT foram os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(778)
IPÍ	-	(1.618)
PIS e COFINS	(93)	(785)
Multa	(19)	(175)
Juros	(15)	(6.244)
Encargos	-	(1.697)
Total	(127)	(11.297)

A adesão da controladora Randon S.A. Implementos e Participações e de sua controlada direta Master Sistemas Automotivos Ltda. no PERT, teve como opção o pagamento à vista de 7,5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 parcelas mensais e sucessivas, de agosto a dezembro de 2017, e o restante liquidado integralmente com a utilização de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% dos juros e 50% das multas. Na liquidação destes saldos, serão utilizados R\$ 97 de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL próprios da controladora e R\$ 797 com prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL da empresa controlada. A empresa controlada Master Sistemas Automotivos Ltda., adquiriu prejuízos fiscais e base negativa de CSLL da controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda., no montante de R\$ 797, com deságio de 10%, gerando benefício para a Companhia e suas controladas de R\$ 80, porém na consolidação esse efeito é nulo.

A Lei 13.496/2017, resultante da conversão da MP 783/2017, que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) reduziu o pagamento relativo ao percentual da entrada para 5% (anteriormente 7,5%) e elevou o percentual de redução da multa em 70% (anteriormente 50%).

Controladora	Montante das dívidas incluídas no PERT	Redução por pagamento em dinheiro	Redução multa e juros	Prejuízos fiscais utilizados
PIS e COFINS	(93)	5	-	89
Multa	(19)	1	12	5
Juros	(15)	1	11	3
Total	(127)	7	23	97

Consolidado	Montante das dívidas incluídas no PERT	Redução por pagamento em dinheiro	Redução multa e juros	Prejuízos fiscais utilizados	Saldo a pagar em 2018
Imposto de Renda e Contribuição Social	(778)	39	-	739	-
IPI	(1.618)	81	-	-	1.537
PIS e COFINS	(785)	39	-	89	658
Multa	(175)	8	115	50	-
Juros	(6.244)	313	5.338	8	586
Encargos	(1.697)	85	1.612	-	-
Total	(11.297)	565	7.065	886	2.781

Os efeitos contábeis no resultado foram:

	Controladora	Consolidado
Montante das dívidas incluídas no PERT	(34)	(10.425)
IR/CS Diferido	(93)	704
Redução juros e multas	26	7.146
Deságio na aquisição de prejuízos fiscais	-	(80)
Efeito no resultado	(101)	(2.655)

18 Provisão para litígios

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

O quadro a seguir demonstra, na data-base de 31 de dezembro de 2017, os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

Passivo contingente	31/12/2017			31/12/2016			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	31/12/2017	31/12/2016
a) cível	5.386	10.048	22	918	8.931	385	21	21
b) tributário	-	61.599	15.569	3.016	72.508	13.724	37	375
c) trabalhista	12.748	31.101	76	10.789	22.199	3.082	9.027	3.818
d) previdenciário	256	6.227	-	282	5.976	-	609	1.432
Total:	18.390	108.975	15.667	15.005	109.614	17.191	9.694	5.646

Consolidado

Passivo contingente	31/12/2017			31/12/2016			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	31/12/2017	31/12/2016
a) cível	6.326	22.172	57	1.283	17.823	443	27	27
b) tributário	89	136.762	30.128	4.296	157.476	32.420	6.387	7.697
c) trabalhista	25.248	77.201	94	19.109	62.326	5.396	19.483	9.146
d) previdenciário	479	9.697	-	1.017	9.555	-	669	635
Total:	32.142	245.832	30.279	25.705	247.180	38.259	26.566	17.505

- **Cível** - Representado por ações indenizatórias movidas, majoritariamente, por clientes contra a Companhia.
- **Tributário** - Representado por autuações federais que se encontram, em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- COFINS** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil pela compensação da COFINS com FINSOCIAL. Os créditos já foram compensados e a Companhia está buscando judicialmente o reconhecimento de tais compensações. Aguardando julgamento do agravo interposto pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 10.060.
- Compensação com base no saldo negativo de CSLL** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativo ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de CSLL apurados nos exercícios de 2004 e 2005. Aguarda julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 3.184.
- Compensação com base no saldo negativo de IRPJ** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, relativamente ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de IRPJ apurados nos exercícios de 2005 e 2006. Aguarda julgamento do recurso especial interposto pela companhia. O valor do processo é de R\$ 14.605.
- Compensação com base no saldo negativo de IRPJ e CSLL** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, em razão da não-homologação da compensação efetuada pela empresa de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no período de 1º de janeiro de 2003 a 30 de junho de 2003, em decorrência de evento de cisão parcial. O valor do processo é de R\$ 6.211.
- Compensação Créditos de Terceiros** - A Companhia está sendo executada pela Receita Federal relativamente a cobrança de créditos tributários oriundos de processos administrativos decorrentes de compensações de débitos com créditos de terceiros, processo está aguardando julgamento de recursos de apelação interpostos pelas partes contra sentença que julgou procedentes os embargos à execução fiscal. O valor do processo é de R\$ 13.219.
- IRPJ** - A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, referente à cobrança de débito em razão da não-homologação de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ, apurado no ano-calendário de 2004, com IRPJ apurado por estimativa no mês de fevereiro de 2005. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 5.333.
- PDI - Incentivo a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico** - Glosa dos dispêndios considerados no cálculo do incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, pela Secretaria da Receita Federal, sob o argumento de que os dispêndios considerados pela Companhia não coadunam com P&D da Companhia (filial Randon Implementos), no valor de R\$ 6.569 e da controlada Jost, no valor de R\$ 2.683. Processo está aguardando julgamento da impugnação apresentada.

- h. Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte** - A controlada Master Sistemas Automotivos Ltda foi autuada pela Receita Federal referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agenciamento de vendas e serviços. O processo está em andamento na esfera administrativa. O valor do processo é de R\$ 4.145.
- i. Imposto de Importação** - A controlada Fras-le S.A. foi autuada pela Receita Federal, sob a presunção de descumprimento da proporção - Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96. A controlada apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração. Em 06 de outubro de 2011, foi julgado o Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, dando integral provimento, para cancelar o auto de infração. Diante da decisão proferida, foi apresentado Recurso Especial pela Fazenda Nacional, qual se encontra pendente de julgamento. O valor do processo é de R\$ 9.294.
- j. Contribuição Social** - A controlada Fras-le apresentou Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos - retenção - realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 1.070.
- k. Imposto de Importação e IPI** - Refere-se a autuações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia (filial Suspensys), no valor total atualizado de R\$ 10.965, e Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor atualizado de R\$ 2.269 sob a alegação de débito de II e IPI, relativo a atos concessórios previstos no regime especial do *Drawback*. Aguardando julgamento da manifestação de Inconformidade.
- l. Crédito presumido de IPI** - Refere-se à notificações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Master Sistemas Automotivos Ltda., no ano de 2011, através das quais o fisco indeferiu o pedido de ressarcimento de crédito presumido feito pela Empresa e solicitou o pagamento do imposto correspondente. O valor discutido é R\$ 2.698 e inclui principal, multa e juros.
- m. Crédito presumido de ICMS sobre a compra de aço** - Refere-se a autuações emitidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul contra a controlada Jost Sistemas Automotivos Ltda., no valor de R\$ 1.781, através das quais o fisco constatou adjudicação do benefício fiscal em montante superior ao permitido pela legislação. Os processos tramitam na esfera judicial. A companhia possuía ações referente a filial Suspensys e a controlada Master, tendo obtido êxito nas demandas, sendo os débitos desconstituídos.
- n. ICMS - SERVIÇOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA TERCEIROS** - A empresa Controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda. foi autuada pela Receita Estadual de São Paulo, sendo cobrada administrativamente: (i) suposta diferença de ICMS apurada em relação a serviços de industrialização para terceiros, em operações interestaduais, tanto no retorno de mercadorias recebidas para industrialização inferiores ao recebimento de mercadorias para industrialização para terceiros, quanto em saídas de mercadorias superiores às entradas recebidas para industrialização; bem como (ii) infração cometida em razão do destaque indevido

do imposto em operações não sujeitas ao pagamento do ICMS, por estarem submetidas ao regime de diferimento. O valor do processo é R\$ 32.676.

- o. **ICMS - Diferença de alíquota do ICMS** - Autuação emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo referente a controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda, decorre da diferença de alíquota do ICMS de 12% para 18%, no valor atualizado de R\$ 20.472, referente aos meses de junho, julho, agosto, setembro e dezembro de 2008 e janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2009. A controlada ingressou com Ação Anulatória de Débito.
- **Trabalhista** - diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios, horas extras e insalubridade.
- **Previdenciário** - Autuações do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) que se encontram em fase de julgamento na Receita Federal do Brasil, avaliadas com probabilidade de perda possível, cujo valor atualizado da causa na Companhia (filial Suspensys) é de R\$ 6.226, na controlada Master Sistemas Automotivos é de R\$ 2.458 e na controlada Jost Sistemas Automotivos é de R\$ 1.012.

O demonstrativo, na data base 31 de dezembro de 2017, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado:

Controladora

Ativo Contingente	31/12/2017			31/12/2016		
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
(a) Cível	11.973	17.710	1.880	6.733	20.781	1.203
(b) Previdenciário	-	595	20	175	6.259	22
(c)Tributário	3.233	10.642	-	1.482	8.507	74
					35.547	
Total	15.206	28.947	1.900	8.390		1.299

Consolidado

Ativo Contingente	31/12/2017			31/12/2016		
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
(a) Cível	12.123	25.065	1.914	7.726	27.034	1.203
(b) Previdenciário	19	1.144	20	175	6.259	22
(c)Tributário	4.999	28.620	-	25.801	21.741	111
Total	17.141	54.829	1.934	33.702	55.034	1.336

- (a) **Cível** - tratam-se de ações de recuperação de créditos (cobrança e execução), os quais já têm provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso, terá sua provisão revertida.
- (b) **Previdenciário** - A Companhia e suas controladas são autoras em diversas ações judiciais nas quais são discutidas, dentre outras, as seguintes matérias: Desobrigar-se do recolhimento de contribuição previdenciária e das contribuições devidas a terceiros incidentes sobre as férias gozadas e reconhecer o direito à restituição e/ou compensação dos valores pagos indevidamente; a declaração de não incidência de contribuições previdenciárias e de FGTS sobre as parcelas de caráter indenizatório; não incidência sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado com o 13º correspondente, os primeiros 15 dias de afastamento por motivo de doença ou acidente, terço

constitucional de férias. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos previdenciários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.

- (c) **Tributário** - A Companhia e suas controladas são autoras em diversas ações judiciais, nos âmbitos estadual e federal, nas quais são discutidas, dentre outras, as seguintes matérias: não incidência da IRPJ e CSLL sobre os créditos de PIS e COFINS no sistema não cumulativo; Exclusão do ISS da base de cálculo de PIS/Cofins; Incidência de IRPJ/CSLL sobre as aplicações financeiras; Exclusão do crédito presumido do ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL; créditos de PIS e COFINS sobre o patrimônio líquido; empréstimo compulsório feito à ELETROBRÁS S.A. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

Movimentação da provisão para litígios passivos

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Cíveis	919	4.467	-	5.386
Trabalhistas	10.788	1.960	-	12.748
Tributárias	3.016	-	(3.016)	-
Previdenciário	282	-	(26)	256
	<u>15.005</u>	<u>6.427</u>	<u>(3.042)</u>	<u>18.390</u>

Consolidado

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Cíveis	1.283	5.043	-	6.326
Trabalhistas	19.109	6.139	-	25.248
Tributárias	4.296	-	(4.207)	89
Previdenciário	1.017	-	(538)	479
	<u>25.705</u>	<u>11.182</u>	<u>(4.745)</u>	<u>32.142</u>

19 Empréstimos e Financiamentos

				Controladora		Consolidado	
	Indexador	Juros	Vencimento final do contrato	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05% a.a.	29/08/2017	-	-	-	353
FINAME	TJLP	3,00% a 3,1% a.a.	15/08/2018	110.129	57.904	110.129	57.904
FINEP	TJLP/ Taxa Fixa	3,5% a 5,25% a.a.	15/12/2023	5.558	16.610	15.377	26.446
Financiamentos	CDI/TJLP/ Taxa Fixa	1,2% a 11,0% a.a.	20/04/2019	101.430	132.045	161.776	133.748
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	3.632	3.595	12.565	10.493
BNDES	TJLP	1,97% a 5,0% a.a.	15/01/2023	11.759	17.296	20.280	33.566
		2,5% a.a. a 3,0% a.a.					
BNDES	Taxa Fixa		15/01/2023	471	50.795	471	101.590
Debêntures	Taxa CDI	1,15% a 3,0% a.a.	14/11/2022	161.710	15.806	161.710	15.806
Leasing	CDI-OVER	3,70% a.a.	30/03/2018	588	2.413	588	3.008
Captação no mercado aberto							
	Taxa Fixa	0% a 20,46% a.a.	01/12/2022	-	-	50.439	83.516
Captação no mercado aberto							
	TJLP/ SELIC	7,9% a 11,0% a.a.	01/12/2022	-	-	4.642	781
Vendor							
	SELIC	3% a.a.	21/01/2019	312	485	-	-
	Variação cambial/ Taxa Fixa						
ACC		3,22% a 4,6% a.a.	23/11/2018	23.357	19.779	90.823	67.421
Moeda estrangeira:							
	Variação cambial + Libor						
Financiamento		4,00% a 4,50% a.a.	01/12/2032	62.734	76.268	106.973	124.297
Financiamento	Taxa Fixa	20,6% a.a.	01/11/2018	-	-	2.294	431
Empréstimo de capital de giro							
	Badlar	4,00% a 4,50% a.a.	01/08/2019	-	-	3.184	3.501
Empréstimo de capital de giro							
	Taxa Fixa	4,0% a.a.	01/12/2018	-	-	506	-
	UMBNDDES/Variação cambial						
BNDES		1,97% a 2,80% a.a.	15/01/2023	4.963	6.082	7.633	12.197
	Taxa fixa + variação cambial/Libor						
Financiamentos		2,50% a 4,5% a.a.	07/08/2019	89.300	102.419	89.300	102.417
				575.943	501.497	838.690	777.475
Não circulante							
Moeda nacional:							
FINEP	TJLP/ Taxa Fixa	3,5% a 5,25% a.a.	15/12/2023	10.422	15.953	43.777	59.060
Financiamentos	CDI	1,2% a 1,26% a.a.	20/04/2019	173.000	269.000	173.000	329.065
Fundopem							
	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	14.891	17.905	58.752	68.046
BNDES	TJLP/ Taxa Fixa	1,97% a 5,00% a.a.	15/01/2023	17.683	29.510	24.791	44.932
Debêntures	Taxa CDI	1,15% a 3,00% a.a.	14/11/2022	850.000	700.000	850.000	700.000
Leasing	CDI-OVER	3,70% a.a.	30/03/2018	-	582	-	582
Captação no mercado aberto							
	Taxa Fixa	0% a 20,46% a.a.	01/12/2022	-	-	27.959	80.223
Captação no mercado aberto							
	TJLP/ SELIC	7,9% a 11,0% a.a.	01/12/2022	-	-	13.843	182
Moeda estrangeira:							
	Variação cambial + Libor						
Financiamento		4,00% a 4,50% a.a.	01/12/2032	90.218	148.141	141.590	234.063
Financiamento	Taxa Fixa	20,6% a.a.	01/11/2018	-	-	-	2.686
Empréstimo de capital de giro							
	Badlar	4,00% a 4,50% a.a.	01/08/2019	-	-	1.589	5.726
	UMBNDDES/Variação cambial						
BNDES		1,97% a 2,80% a.a.	15/01/2023	7.775	12.514	10.304	17.622
	Taxa fixa + variação cambial/Libor						
Financiamentos		2,50% a 4,5% a.a.	07/08/2019	23.363	109.656	23.363	109.656
				1.187.352	1.303.261	1.368.968	1.651.843
Total de empréstimos sujeitos a juros				1.763.295	1.804.758	2.207.658	2.429.318

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 386.040 (R\$ 436.284 em 31 de dezembro de 2016), não há notas promissórias e cartas fiança.

Adicionalmente, a Companhia detém contratos de financiamentos no valor de R\$ 917.363 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

Abaixo a descrição dos mesmos:

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,0 vezes - R\$ 70.068;
- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,5 vezes - R\$ 783.814;
- Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) maior ou igual à 0,30 - R\$ 63.481;

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 1,2 vezes o EBITDA dos últimos doze meses e o índice Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) foi de 0,39, portanto ambos os índices ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos *covenants* no período.

Captação no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pela controlada Banco Randon S.A., com o BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre parte das captações, incidem encargos financeiros de 1,97% a 9,1% a.a. mais a variação da TJLP e parte das captações têm taxa fixa que varia de 0% a 20,6% a.a..

Debêntures

As debêntures referem-se a captações efetuadas em 22 de janeiro, 26 de agosto de 2013, 07 de dezembro de 2016 e 28 de novembro de 2017, nos montantes totais de R\$ 300.000, R\$ 200.000, R\$ 200.000, R\$ 300.000, respectivamente, sendo que todas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sob regime de subscrição, sendo as duas primeiras captações realizadas em série única e a terceira captação realizada em duas séries, sendo a primeira série emitida com valor de R\$ 130.000 e a segunda série emitida com valor de R\$ 70.000. Os vencimentos das debêntures emitidas no ano de 2013 ocorrerão em 18 de dezembro de 2019 e 01 de agosto de 2020, respectivamente. A primeira e segunda série das debêntures emitidas em 2016 terão vencimento em 09 de dezembro de 2019 e 07 de dezembro de 2021, respectivamente. As debêntures emitidas em 2017 terão vencimento em 14 de novembro de 2022.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e sua controlada Fras-le S.A. assinaram Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

A subvenção governamental/incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros de 3% a.a.. Na parcela do débito com pagamento postergado, apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2017, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 312 (R\$ 485 em 31 de dezembro de 2016) na controladora e R\$ 3.853 (R\$ 3.370 em 31 de dezembro de 2016), no consolidado, nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento à instituição financeira no prazo pactuado entre as partes.

Desde março de 2014, essas operações são realizadas diretamente pela controlada indireta Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados a inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

Movimentação dos passivos do Fluxo de Caixa das atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) Demonstração do Fluxo de Caixa, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Controladora

	Alterações caixa			Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.804.758	(32.007)	(164.686)	152.553	2.677	1.763.295
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	91		(15.044)	15.000		47

	Alterações caixa			Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.199.695	(291.444)	(170.761)	172.889	(105.621)	1.804.758
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	115		(24)			91

Consolidado

	Alterações caixa			Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.429.318	(219.363)	(188.547)	178.194	8.056	2.207.658
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	13.950	-	(54.236)	53.037	(629)	12.122

	Alterações caixa			Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.094.543	(516.360)	(207.352)	202.388	(143.901)	2.429.318
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	7.990	-	(11.037)	18.817	(1.820)	13.950

20 Capital social e reservas

Ações autorizadas

	31/12/2017	31/12/2016
Ações ordinárias	200.000	200.000
Ações preferenciais	<u>400.000</u>	<u>400.000</u>
	<u>600.000</u>	<u>600.000</u>

Ações emitidas e totalmente integralizadas

	Ordinárias		Preferenciais	
	Em milhares	R\$	Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2016	<u>116.516</u>	<u>435.758</u>	<u>229.260</u>	<u>857.412</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>116.516</u>	<u>435.758</u>	<u>229.260</u>	<u>857.412</u>

Ações em tesouraria

	Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016	<u>3.445</u>	<u>(22.071)</u>

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, com a reserva legal, o valor do capital social.

Reserva de capital

Representa o ágio pago na aquisição das quotas do capital social da Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. e o efeito de alteração de percentual de controle sobre sua controlada Fras-le S.A., ocorridos no ano de 2013.

Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>					
	Reserva de reavaliação	Custo atribuído ao imobilizado	Variação cambial de investimentos no exterior	Hedge accounting	Avaliação atuarial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.298	97.006	(11.764)	(45.091)	76	45.525
Adições (baixas) no período	(45)	(11.607)	(2.884)	5.896	109	(8.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.253	85.399	(14.648)	(39.195)	185	36.994

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora, para fins de integralização do capital social nas controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., em 29 de setembro de 2006, e Castertech Tecnologia e Fundição Ltda, em 1º de setembro de 2006, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada.

A Companhia optou por manter os saldos de reservas de reavaliação, e sua respectiva realização através da depreciação dos bens reavaliados, conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.152/2009.

Reserva para ajuste do custo atribuído ao imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Ajuste de avaliação patrimonial

Representada pelo registro das diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, e pelo registro do valor justo da parcela eficaz de operações de *hedge* de fluxo sobre investimentos em operações de exportação, líquidos dos efeitos tributários.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício a funcionários, conforme o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) - Benefício a Empregados.

21 Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais todos os demais direitos atribuídos às ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, proporcionalmente à participação no capital social em caso de eventual liquidação da Companhia e, ainda, direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nos termos do art. 254-A da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2017
Lucro líquido do exercício	46.712
Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	11.332
Lucro líquido do exercício ajustado	58.044
Reserva legal (5%)	(2.902)
Reserva subvenção Fundopen 2016	(2.696)
(+) Realização de reserva de reavaliação	45
Lucro base para distribuição	52.491
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	15.747

A Administração da sociedade proporá pagar os dividendos complementares de 2017, 11 dias após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos complementares equivalem a R\$ 0,046 por ação ordinária e R\$ 0,046 por ação preferencial.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados, no balanço patrimonial de 2017, como obrigações legais (provisões no passivo circulante).

Em junho de 2017, através da Ata de Reunião do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários, à conta de Reserva de Investimento e Capital de Giro, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 15.000.

22 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	15.741	30.971	(22.613)	(44.592)
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	116.516	229.260	109.535	216.000
Lucro/(Prejuízo) por ação - básico e diluído (em Reais)	0,14	0,14	(0,21)	(0,21)

Em 29 de junho de 2016, através de deliberação do Conselho de Administração a Companhia aprovou, no limite de seu capital autorizado, o aumento do seu capital social, no valor de R\$ 93.170, mediante emissão privada de 14.155.159 ações ordinárias e 26.888.834 ações preferenciais nominativas com o objetivo de fortalecimento da estrutura de capital e patrimônio da Companhia.

23 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 encontra-se resumida a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	45	(18)	(69.337)	(46.331)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	9.304	41.881	20.129	33.884
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	9.349	41.863	(49.208)	(12.447)
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Demonstração do resultado abrangente				
IRPJ e CSLL diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Resultado abrangente	22	(9)	1.676	(9)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro líquido/(prejuízo) contábil antes dos impostos pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/(prejuízo) contábil antes dos impostos	37.363	(109.068)	153.944	1.081
À alíquota fiscal combinada de 34%	12.703	(37.083)	52.341	368
Diferencial de alíquota de controladas	-	-	1.268	1.291
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	7.253	4.064	15.524	23.662
Juros sobre capital próprio recebidos	11.703	5.005	-	-
Exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(39.800)	(13.575)	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	(10.939)	(4.864)
Incentivo à tecnologia	-	-	(815)	(845)
Deduções Permanentes	(2.042)	(982)	(6.683)	(2.443)
Ajuste alíquotas no exterior	-	-	9.335	-
Mais Valia de Aquisições	-	-	(2.674)	-
Outros itens	834	708	(8.149)	(4.722)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(9.349)	(41.863)	49.208	12.447
Alíquota efetiva	25,02%	38,38%	31,96%	1.151,47%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 referem-se a:

Controladora

	Balanco patrimonial		Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL a compensar	144.975	123.415	-	-	34.033	64.881
Provisão para comissões e fretes	9	414	-	-	(405)	(1.046)
Provisão para devedores duvidosos	9.690	9.070	-	-	620	3.301
Provisão para garantias	5.888	5.906	-	-	(18)	1.861
Provisão para mercadoria a entregar	-	-	-	-	-	(719)
Provisão para perdas de estoques	4.303	2.945	-	-	1.358	86
Operações de derivativos	(681)	18	-	-	(699)	18
Provisão para participação nos resultados	2.444	1.582	-	-	862	702
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.294)	(1.097)	-	-	(197)	(768)
Provisão para litígios	6.320	5.180	-	-	1.140	2.623
Provisão para desvinculo de funcionários	1.078	2.282	-	-	(1.204)	(289)
Ágio na aquisição de participação em controlada	22.072	44.144	-	-	(22.072)	(22.072)
Provisões diversas	1.591	1.688	-	-	(97)	(2.052)
Randonprev avaliação atuarial	(953)	(229)	22	(9)	(702)	619
Depreciação acelerada incentivada	-	-	-	-	-	927
Valor justo ativo imobilizado	(37.609)	(33.744)	-	-	(3.865)	1.012
Depreciação vida útil / fiscal	(34.935)	(35.451)	-	-	516	(7.237)
Reavaliação a realizae	(2.923)	(2.957)	-	-	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	9.304	41.881
Ativo fiscal diferido	119.975	123.166	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	22	(9)	-	-

Consolidado

	Balanco patrimonial		Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL a compensar	198.300	183.721	-	-	35.483	52.850
Provisão para comissões e fretes	2.124	2.441	-	-	(317)	(1.922)
Provisão para devedores duvidosos	19.222	15.208	-	-	4.014	449
Provisão para garantias	7.269	8.833	-	-	(1.564)	3.313
Provisão para mercadoria a entregar	-	1.085	-	-	(1.085)	322
Provisão para perdas de estoques	6.245	4.863	-	-	1.382	16
Operações de derivativos	(1.585)	(387)	1.647	-	449	(141)
Provisão para participação nos resultados	9.738	5.818	-	-	3.920	1.617
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(3.148)	(2.946)	-	-	(202)	(2.979)
Provisão para litígios	10.251	5.777	-	-	4.474	2.217
Provisão para desvinculo de funcionários	2.160	2.331	-	-	(171)	(1.587)
Ágio na aquisição de participação em controlada	22.072	44.144	-	-	(22.072)	(22.072)
Provisões diversas	11.799	12.632	-	-	(833)	(589)
Randonprev avaliação atuarial	(1.575)	43	29	(9)	(1.589)	1.603
Depreciação acelerada incentivada	-	-	-	-	-	2.225
Valor justo ativo imobilizado	(60.131)	(58.093)	-	-	(2.038)	8.476
Depreciação vida útil / fiscal	(68.066)	(65.636)	-	-	(2.430)	(9.948)
Mais Valia	(20.170)	-	-	-	2.674	-
Reavaliação a realizar	(2.923)	(2.957)	-	-	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	20.129	33.884
Ativo fiscal diferido	187.821	195.907	-	-	-	-
Passivo fiscal diferido	(56.239)	(39.030)	-	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	1.676	(9)	-	-
Ativo/Passivo fiscal diferido	131.582	156.877				

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$ 460.350 (R\$ 503.589 em 31 de dezembro de 2016), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros da empresa em que foi gerado, que tem prazo de dez anos para prescrição. O registro e a manutenção do imposto e da contribuição social diferidos ativos estão suportados por estudo elaborados pela Administração, que comprovam a capacidade da Companhia em gerar lucros tributáveis futuros, que garantam a realização dos créditos de impostos dentro de um período estimado de oito anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas provisões.

24 Direitos e obrigações por recursos de consorciados

Referem-se a recursos pendentes de recebimentos na Randon Administradora de Consórcios Ltda., oriundos de cobrança judicial em decorrência do encerramento de grupos, transferidos para a Administradora, conforme definido na Circular nº 3.084 do Banco Central do Brasil, de 31 de janeiro de 2002. Após a conclusão do processo de cobrança judicial, esses recursos são rateados proporcionalmente entre os beneficiários do grupo. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dessa operação era de R\$ 71.367 (R\$ 74.037 em 31 de dezembro de 2016).

25 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas	1.816.070	1.704.762	3.696.074	3.329.470
Devolução de vendas	(5.435)	(17.926)	(11.852)	(34.141)
Ajuste a valor presente	(16.175)	(22.326)	(34.962)	(44.057)
Impostos sobre a venda	(310.176)	(320.038)	(712.502)	(627.296)
Receita operacional líquida	1.484.284	1.344.472	2.936.758	2.623.976

26 Despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.298.828)	(1.251.143)	(2.239.754)	(2.103.069)
Despesas com vendas	(98.118)	(109.524)	(282.451)	(273.732)
Despesas gerais e administrativas	(94.566)	(84.007)	(197.788)	(184.017)
Outras despesas operacionais	(28.378)	(18.153)	(115.470)	(74.914)
	(1.519.890)	(1.462.827)	(2.835.463)	(2.635.732)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(53.989)	(57.239)	(117.283)	(121.331)
Despesas com pessoal	(209.226)	(231.464)	(570.738)	(550.648)
Honorários da administração	(9.438)	(8.789)	(16.400)	(13.983)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(1.004.258)	(922.993)	(1.471.795)	(1.341.152)
Frete	(29.929)	(32.851)	(74.397)	(67.012)
Energia elétrica	(11.939)	(16.555)	(43.397)	(51.719)
Comissões	(15.080)	(9.721)	(73.124)	(58.777)
Conservação e manutenção	(36.017)	(26.822)	(89.873)	(62.131)
Despesas com TI	(11.507)	(9.458)	(19.167)	(16.676)
Assistência técnica	(12.452)	(18.742)	(15.803)	(19.479)
Aluguéis	(7.907)	(11.126)	(27.731)	(20.707)
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	-	-	-	(11.950)
Serviços administrativos	(23.897)	(25.933)	(50.457)	(40.926)
Despesas com processos judiciais	(5.430)	(285)	(12.912)	(336)
Multas indutíveis	(6.529)	(43)	(7.996)	(758)
Outras despesas	(82.292)	(90.806)	(244.390)	(258.147)
	(1.519.890)	(1.462.827)	(2.835.463)	(2.635.732)

27 Despesas com funcionários e participação nos lucros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ordenados e salários	147.495	163.421	437.354	428.491
Custos de previdência social	40.073	42.983	75.423	68.348
Custos relacionados à aposentadoria	1.834	2.260	3.749	4.228
Benefícios concedidos	19.824	22.800	54.212	49.581
	209.226	231.464	570.738	550.648

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros reconhecido pela Companhia e suas controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 21.405 (R\$ 16.307 em 31 de dezembro de 2016).

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras:				
Varição cambial	19.839	45.975	55.941	93.077
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	78.393	124.435	146.624	202.033
Receitas de operações de <i>swap</i>	3.244	4.419	3.244	4.871
Ganhos com outras operações de derivativos	1.516	-	2.440	1.000
Ajuste a valor presente	17.273	22.591	36.095	38.458
Outras receitas financeiras	8.457	11.202	17.952	16.596
	128.722	208.622	262.296	356.035
Despesas financeiras:				
Varição cambial	(18.745)	(42.033)	(48.675)	(94.315)
Juros sobre financiamentos	(150.068)	(177.304)	(168.485)	(213.320)
Despesas de operações de <i>swap</i>	(1.189)	(4.471)	(2.312)	(7.714)
Perdas com outras operações de derivativos	(1.141)	(1.109)	(1.141)	(1.167)
Despesas de contratos de mútuos	(229)	(852)	(420)	(897)
Ajuste a valor presente	(12.759)	(11.991)	(21.393)	(12.542)
Juros de mora	(4.408)	(46)	(15.760)	(260)
Descontos concedidos	(82)	(324)	(1.895)	(5.097)
Custos bancários	(5.981)	(333)	(15.442)	(7.914)
Outras despesas financeiras	(13.240)	(17.399)	(23.775)	(33.114)
	(207.842)	(255.862)	(299.298)	(376.340)
Resultado financeiro	(79.120)	(47.240)	(37.002)	(20.305)

29 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

Os riscos da Companhia e suas controladas estão descritos a seguir.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas Informações financeiras.

Controladora

			<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	Nota	Hierarquia	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	578.277	619.385	578.277	619.385
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - circulante	7	(2)	373.927	265.225	373.901	264.926
Aplicações financeiras de liquidez não imediata - não circulante	7	(2)	135.251	104.263	135.251	104.145
Instrumentos financeiros derivativos	28	(2)	2.003	-	2.003	-
Empréstimos e recebíveis						
Clientes	8	(2)	150.467	174.694	150.467	174.694
Consórcio para revenda		(2)	29.210	24.215	29.210	24.215
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores			(166.827)	(95.830)	(166.827)	(95.830)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	17	(2)	(1.484.942)	(1.349.678)	(1.484.819)	(1.329.415)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	17	(2)	(278.353)	(455.080)	(278.343)	(474.910)
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	28	(2)	-	(53)	-	(53)
Total			(660.987)	(712.859)	(660.880)	(712.843)

Consolidado

			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	1.007.048	1.133.643	1.007.048	1.133.643
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	7	(2)	650.698	680.983	650.657	680.561
Instrumentos financeiros derivativos	28	(2)	2.096	1.216	2.096	1.216
Empréstimos e recebíveis						
Clientes	8	(2)	583.371	580.741	583.371	580.741
Consórcio para revenda		(2)	65.032	61.341	65.032	61.341
Passivos						
Passivo pelo custo amortizado						
Fornecedores			(307.348)	(170.058)	(307.348)	(170.058)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	18	(2)	(1.820.922)	(1.816.722)	(1.820.779)	(1.748.949)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	18	(2)	(386.736)	(612.596)	(386.719)	(680.422)
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	28	(2)	-	(53)	-	(53)
Total			(206.761)	(141.505)	(206.642)	(141.980)

Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível do seguinte da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2017.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA e CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no resultado da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2017, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Controladora

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Deterioração das receitas financeiras				
Aplicações financeiras	R\$	74.926	56.194	37.463
Depreciação da taxa em			25%	50%
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		6,9%	8,6%	10,3%
Aumento de despesa financeira				
Empréstimos e financiamentos	R\$	139.468	171.723	204.567
Apreciação da taxa em			25%	50%
Referência para passivos financeiros				
TJLP		7,0 %	8,8 %	10,5%
UMBNDDES		4,1%	5,2%	6,2%
CDI		6,9%	8,6%	10,3%
IPCA		2,9%	3,7%	4,4%
LIBOR semestral		1,8%	2,3%	2,8%
Variação cambial		3,31	4,14	4,96
BADLAR		23,3%	29,1%	34,9%

Consolidado

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Deterioração das receitas financeiras				
Aplicações financeiras	R\$	114.219	85.664	57.109
Depreciação da taxa em			25%	50%
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		6,9%	8,6%	10,3%
Aumento de despesa financeira				
Empréstimos e Financiamentos	R\$	169.412	206.619	244.867
Apreciação da taxa em			25%	50%
Referência para passivos financeiros				
TJLP		7,0 %	8,8 %	10,5%
UMBNDDES		4,1%	5,2%	6,2%
CDI		6,9%	8,6%	10,3%
IPCA		2,9%	3,7%	4,4%
LIBOR semestral		1,8%	2,3%	2,8%
Variação cambial		3,31	4,14	4,96
BADLAR		23,3%	29,1%	34,9%

Risco de câmbio

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 38 R1/ IAS 39) e regulamento interno, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o Dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior. A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de

algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentou variação positiva de 1,50% (16,53% negativa em 31 de dezembro de 2016). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*:

Controladora						
Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Taxa de Designação	Notional US\$ mil	Variação cambial contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor contábil
Banco Itaú	NCE	1,8150	2,2617	45.455	48.564	150.364
Santander	FRN	3,4615	3,4615	12.500	(1.919)	41.350
Banco ABC Brasil	FRN	3,5370	3,5370	4.813	(1.102)	15.920
Banco Votorantin	FRN	4,0170	4,0170	6.334	(4.490)	20.951
Bradesco	FRN	3,7430	3,7430	10.000	(4.350)	33.080
Total				79.102	36.703	261.665
Consolidado						
Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Taxa de Designação	Notional US\$ mil	Variação cambial contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor contábil
Banco Itaú	NCE	1,8150	2,2617	45.455	48.564	150.364
Santander	FRN	3,4615	3,4615	12.500	(1.919)	41.350
Banco ABC Brasil	FRN	3,5370	3,5370	4.813	(1.102)	15.920
Banco Votorantin	FRN	4,0170	4,0170	6.334	(4.490)	20.951
Bradesco	FRN	3,7430	3,7430	10.000	(4.350)	33.080
Banco Itaú	NCE	1,8316	2,3426	8.183	7.899	27.065
Total				87.285	44.602	288.730

(*) Valor apropriado no patrimônio líquido (*hedge accounting*), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

Segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de *hedge accounting*:

Controladora

Ano de referência	Valor designado financiamento USD mil	Ano de referência	Vendas em USD mil designadas
2017	0	2017	0
2018	44.766	2018	44.766
2019	25.246	2019	25.246
2020	9.090	2020	9.090
Total	79.102	Total	79.102

Consolidado

Ano de referência	Valor designado financiamento USD mil	Ano de referência	Vendas em USD mil designadas
2017	0	2017	0
2018	50.221	2018	50.221
2019	27.974	2019	27.974
2020	9.090	2020	9.090
Total	87.285	Total	87.285

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	18.577	20.048	47.213	50.750
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	84.145	139.634	116.909	187.965
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	605	(16)	634	357
D. Exportações futuras designadas para <i>Hedge Accounting</i>	79.102	128.032	87.285	141.669
E. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C+D)	14.139	8.430	18.223	4.811

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

		Controladora		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US\$	3,30	4,13	4,96
Déficit apurado		46.772	58.465	70.158
Taxa	Baixa do US\$	3,30	2,48	1,65
Déficit apurado		46.772	35.079	23.386
		Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US\$	3,30	4,13	4,96
Déficit apurado		60.282	75.352	90.423
Taxa	Baixa do US\$	3,30	2,48	1,65
Déficit apurado		60.282	45.211	30.141

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e os financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrado abaixo.

Controladora

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	17	1.763.295	1.804.758
Instrumentos financeiros derivativos	28	(2.003)	53
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(578.277)	(619.385)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	7	(509.178)	(369.488)
Dívida líquida		673.837	815.938
Patrimônio líquido		1.432.243	1.413.157
Patrimônio e dívida líquida		2.106.080	2.229.095
Quociente de alavancagem		31,9%	36,6%

Consolidado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	17	2.207.658	2.429.318
Instrumentos financeiros derivativos	28	(2.096)	(1.163)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(1.001.599)	(1.133.643)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	7	(650.698)	(680.983)
Dívida líquida		553.265	613.519
Patrimônio líquido		1.432.243	1.413.157
Patrimônio e dívida líquida		1.985.508	2.026.686
Quociente de alavancagem		27,8%	30,3%

Garantias

A Companhia não possui ativos financeiros dados em garantia, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação, a análise de crédito é feita pela controlada indireta Banco Randon S.A.. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Algumas vendas são financiadas via controlada indireta Banco Randon S.A. onde a Companhia equaliza taxas e é avalista de algumas operações, além disso algumas vendas são garantidas pela rede de distribuidores. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com aproximadamente 9 clientes (7 clientes em 31 de dezembro de 2016) que deviam à Companhia mais de R\$ 10.000 cada e eram responsáveis por aproximadamente 45% (52% em 31 de dezembro de 2016) de todos os recebíveis de clientes. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota explicativa 8.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	129.759	524.548	1.345.603	300	2.000.210	1.763.295
Fornecedores	167.164	164	-	-	167.328	166.827
	<u>296.923</u>	<u>524.712</u>	<u>1.345.603</u>	<u>300</u>	<u>2.167.538</u>	<u>1.930.122</u>

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	125.040	501.549	1.586.093	4.152	2.216.834	1.804.758
Fornecedores	95.196	980	133	-	96.309	95.830
Instrumentos financeiros derivativos	53	-	-	-	53	53
	<u>220.289</u>	<u>502.529</u>	<u>1.586.226</u>	<u>4.152</u>	<u>2.313.196</u>	<u>1.900.641</u>

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	177.677	694.813	1.493.139	8.266	2.373.895	2.207.658
Fornecedores	303.389	4.773	43	-	308.205	307.348
	<u>481.066</u>	<u>699.586</u>	<u>1.493.182</u>	<u>8.266</u>	<u>2.682.100</u>	<u>2.522.386</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	192.055	731.800	1.973.591	22.734	2.920.180	2.429.317
Fornecedores	169.653	1.181	199	-	171.033	170.058
Instrumentos financeiros derivativos	53	-	-	-	53	53
	<u>361.761</u>	<u>732.981</u>	<u>1.973.790</u>	<u>22.734</u>	<u>3.091.266</u>	<u>2.599.428</u>

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas foram substancialmente de operações com *Non Deliverable Forward* (NDFs) visando à proteção (*hedge*) de vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando à proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira. Nesta modalidade de operação, a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento, ou seja, os contratos a termo contratados pela Companhia não possuem margens de variação. O resultado líquido dessas operações é registrado por competência nas suas informações financeiras.

Apresentamos, no quadro abaixo, as posições da Companhia e suas controladas, verificadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

Consolidado

Descrição/ Contraparte	Valor de referência				Valor Justo (crédito) / débito		Valor de custo (crédito) / débito		Efeito acumulado em 2017 (crédito)/ débito		Efeito acumulado em 2016 (crédito)/ débito	
	Notional - em milhares de U\$		Notional - em milhares de R\$						Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
NDF	-	-	-	-	-	-	-	-	348	(49)	-	-
SWAP	95	1.596	221	3.721	93	1.476	93	1.476	924	--	758	-
Total	95	1.596	221	3.721	93	1.476	93	1.476	1.272	(49)	758	-

No quadro abaixo, demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

Consolidado

Descrição	Valor de referência (Notional)			Valor justo		
	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	Moeda	31/12/2017	31/12/2016
NDF - hedge accounting						
Banco Santander	USD	-	-	R\$	-	-
Swap						
Banco Itaú BBA	USD	95	1.596	R\$	93	1.476
Total	USD	95	1.596	R\$	93	1.476

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares:

Consolidado

Descrição	31/12/2017				31/12/2016	
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total líquido	Total líquido
NDF - USD	-	-	-	-	-	-
Swap - USD	95	-	-	-	95	1.290
Total	95	-	-	-	95	1.290

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição		Ganhos e perdas registradas no resultado				Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido*	
		Alocado na receita bruta em		Alocado no resultado financeiro em			
Operações de Proteção Cambial	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contratos NDF (Non Deliverable Forwards)	R\$	-	-	-	-	-	-
Swap	R\$	-	-	932	(2.843)	-	-
Total	R\$	-	-	932	(2.843)	-	-

(*) Valor sem os efeitos dos impostos.

No quadro a seguir, apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. Além desse cenário, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
SWAP	Baixa do USD	93	(80)	(160)

30 Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas prestadas às empresas:

	Tipo de garantia	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Master Sistemas Automotivos Ltda.	Avais	93.429	99.112	93.429	99.112
Fras-le S.A.	Avais e fianças	128.196	176.837	128.196	176.837
Randon Argentina S.A.	Fianças	11.061	9.227	11.061	9.227
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Avais e fianças	16.719	29.134	16.719	29.134
Freios Controil Ltda.	Avais	-	-	67	1.490
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Fianças	1.838	2.144	1.838	2.144
Banco Randon S.A.	Avais	134.730	119.830	134.730	119.830
Total		385.973	436.284	386.040	437.774

Além dos avais e fianças concedidas para as empresas citadas acima, a Companhia concede avais e fianças para terceiros no montante de R\$ 35.178 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 81.427 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia não possui outros compromissos de longo prazo.

31 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações.

Os segmentos de negócios apresentados foram apurados na consolidação das informações das seguintes empresas Randon:

- **Segmento de veículos e implementos:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações, Randon Implementos para o Transporte Ltda., Randon Argentina S.A., Randon Automotive Ltda. e Randon Peru S.A.C, sendo os principais produtos incluídos neste segmento os seguintes: reboques, semirreboques, vagões ferroviários, caminhões fora-de-estrada, retroescavadeiras e outros implementos rodoviários e veículos especiais.
- **Segmento de autopeças:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações-divisão autopeças: Fras-le S.A., Master Sistemas Automotivos Ltda., Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda., Randon S/A Implementos e Participações filial Suspensys e Castertech Fundação e Tecnologia Ltda., sendo os principais produtos deste segmento os seguintes: materiais de fricção, vigas de eixos, componentes de suspensão, freios a ar e sistemas de acoplamento e articulações para caminhões.
- **Segmento de serviços:** refere-se ao resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 das empresas Randon Administradora de Consórcios Ltda., decorrente de operações de administração de grupos de consórcios para aquisição de bens duráveis, Randon Investimentos Ltda., que se caracteriza como holding financeira, cujo objetivo é deter participação societária no Banco Randon S.A. e Randon Collection Comércio de Artigos Promocionais Ltda, que tem como objeto social o comércio varejista de artigos, de acessórios e de complementos para o vestuário, de artigos de viagens e de souvenirs identificados com marcas das empresas integrantes do conglomerado das Empresas Randon.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos das empresas (incluindo receitas e despesas de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

	Veículos e Implementos		Autopeças		Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida para terceiros	1.274.899	1.164.954	1.512.566	1.314.620	149.293	144.402	-	-	2.936.758	2.623.976
Receita líquida intersegmentos (a)	98.113	82.047	320.490	202.313	14.518	13.935	(433.121)	(298.295)	-	-
Receita líquida	1.373.012	1.247.001	1.833.056	1.516.934	163.811	158.337	(433.121)	(298.295)	2.936.758	2.623.977
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.192.821)	(1.161.212)	(1.452.549)	(1.204.802)	(16.205)	(20.305)	421.821	283.250	(2.239.754)	(2.103.069)
Lucro bruto	180.191	85.789	380.507	312.131	147.606	138.032	(11.300)	(15.045)	697.004	520.908
Despesas operacionais	(61.116)	(166.450)	(232.615)	(217.405)	(102.434)	(99.161)	(109.893)	(16.506)	(506.058)	(499.522)
Resultado financeiro líquido	(74.216)	(43.828)	25.648	18.584	2.956	3.880	8.610	1.058	(37.002)	(20.306)
Lucro/prejuízo do segmento (antes dos impostos sobre o lucro) (b)	44.859	(124.489)	173.540	113.311	48.128	42.751	(112.583)	(30.493)	153.944	1.080
Ativos operacionais (c)	1.598.628	1.545.284	1.215.029	1.147.553	352.643	386.069	(52.278)	(29.120)	3.114.022	3.049.786
Passivos operacionais (d)	2.016.340	1.982.924	578.973	593.616	267.003	288.476	(187.995)	(135.900)	2.674.321	2.729.116
Ativo não circulante (e)	780.862	841.740	648.726	572.570	958	1.191	(741)	(741)	1.429.805	1.414.760

(a) Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.

(b) O lucro referente a cada segmento operacional.

(c) Os ativos dos segmentos não incluem, direitos por recursos de consórcios (R\$ 71.367), cotas de consórcio (R\$ 65.032), depósitos judiciais (R\$ 26.566), impostos diferidos (R\$ 187.821), despesas antecipadas (R\$ 15.811) e outras contas (R\$ 26.335).

(d) Os passivos dos segmentos não incluem Juros sobre capital próprio e dividendos (R\$ 27.869), participação dos empregados e dos administradores (R\$ 24.143), obrigações por recursos de consorciados (R\$ 71.472), provisão para litígio (R\$ 32.142), impostos diferidos (R\$ 56.239) e outras contas (R\$ 176.436).

(e) Ativo não circulante é composto por ativo imobilizado e ativo intangível.

b. Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Veículos e Implementos		Autopeças		Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Região:										
Mercado nacional	1.119.939	986.331	1.488.326	1.162.163	163.811	158.337	(399.317)	(275.743)	2.372.759	2.031.088
Mercosul e Chile	217.771	209.558	105.142	98.087	-	-	(33.804)	(22.553)	289.109	285.092
Nafta	11.161	7	155.633	164.905	-	-	-	-	166.794	164.912
Europa	485	835	15.739	12.345	-	-	-	-	16.224	13.180
África	8.879	24.705	10.299	12.161	-	-	-	-	19.178	36.866
América Central e outros países da América do Sul	14.154	21.308	31.590	34.843	-	-	-	-	45.744	56.151
Oriente Médio	290	4.257	15.557	19.922	-	-	-	-	15.847	24.179
Ásia	-	-	6.742	8.873	-	-	-	-	6.742	8.873
Oceania	-	-	4.028	3.635	-	-	-	-	4.028	3.635
Outros	333	-	-	-	-	-	-	-	333	-
Total	1.373.012	1.247.001	1.833.056	1.516.934	163.811	158.337	(433.121)	(298.296)	2.936.758	2.623.976

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

A receita líquida referente à um dos clientes totalizou R\$ 176.356 (R\$ 163.059 em 31 de dezembro de 2016), resultante de vendas feitas pelo segmento de veículos e implementos.

c. Ativo por área geográfica

	Ativo	
	31/12/2017	31/12/2016
Brasil	1.666.785	1.688.041
Estados Unidos	38.734	40.281
Argentina	80.307	11.334
Chile	17	26
México	23	28
China	18.106	8.365
Alemanha	201	249
África	10	18
Emirados Árabes	4	10
Peru	1.638	-
Colômbia	30	-
Uruguai	22.641	-
Eliminações	(154.974)	(113.644)
Total	1.673.522	1.634.708

32 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas de seguros são:

		Consolidado Total dos limites de indenização	
	Risco coberto	31/12/2017	31/12/2016
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	491.475	383.000
Veículos	Casco	2.720	4.616
Aeronaves	Responsabilidade civil e casco	-	37.108
Crédito de exportação	Comerciais e políticos	74.175	37.646
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	25.550	26.000
Acidentes pessoais	Danos pessoais	38.674	43.148
		632.594	531.518

33 Eventos subsequentes

Aquisição Federal Mogul

Em 08 de janeiro de 2018, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV (“VCS”) foram atendidas, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) a que a operação estava subordinada. Em decorrência, nesta data, foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,10% das quotas representativas do capital social da Federal-Mogul Friction Products Sorocaba Sistemas Automotivos Ltda. (“Empresa”), com o que a Companhia assume efetivamente o controle da gestão da Empresa, que passa a denominar-se Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.

ASK Fras-le Friction Private Limited

Em 25 de janeiro de 2018, dando sequência às informações divulgadas no Comunicado ao Mercado datado de 5 de dezembro de 2017, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a ASK Automotive Private Limited (“ASK”) estão atendidas e que, nesta data, foram firmados todos os documentos de Fechamento, inclusive aqueles necessários ao aporte dos recursos pelas sócias para a ASK Fras-le Friction Private Limited (“ASK Fras-le”), permitindo dar início às atividades produtivas e operacionais daquela unidade. Em 09 de fevereiro de 2018, foram subscritas 32.385.000 ações em nome da Fras-le S.A., representando 51% do capital social da ASK Fras-le. Nesta data a Fras-le passou a ter o controle da operação.

Incêndio nas dependências da Controladora Randon S.A.

No dia 29 de janeiro de 2018, pela manhã, ocorreu um incêndio na área de pintura da Companhia. Nesse incidente não houve vítimas com sequelas, a cabine de pintura onde iniciou o incêndio foi desativada, porém a Companhia possui outras cabines de pintura, que não foram atingidas pelo incêndio e que são capazes de atender sua demanda. O incêndio foi controlado ainda na manhã daquele dia e as operações da Companhia foram retomadas na tarde do mesmo dia, sem impacto relevante na sua produção. A Companhia estima uma perda de aproximadamente R\$ 2.500 no seu ativo patrimonial que encontra-se segurado conforme Nota Explicativa 32.